

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO NºXX/20xx QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SUPERINTENDÊNCIA
EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA
DE BELÉM - SeMOB E A XXXXXXXXXX,
NA FORMA ABAIXO:**

A **SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE BELÉM**, simplesmente SeMOB, inscrita no CNPJ/MF sob o nº63.803.100/0001-76, com sede a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Belém-Pará, neste ato representada por seu Diretor-Superintendente, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, e a **EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ/MF nºxx.xxx.xxx/xxxx-xx, situada a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX; denominada CREDENCIADA, neste ato representada pela Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF/MF sob nºxxxx.xxx.xxx-xx, RG nºxxxxxx-SSP/xx resolvem firmar o presente CONTRATO pelas cláusulas e condições seguintes, em decorrência do processo de Credenciamento Nºxxx/2020–CPL/SeMOB, mediante sujeição mútua às normas do referido Edital e seus Anexos, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei nº 9.503/97, e nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de transporte por guincho para recolhimento de veículos como medida administrativa pelo cometimento de infrações de trânsito aos pátios de guarda e custódia da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém - SeMOB, conforme especificações constantes do Edital de Credenciamento e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

2.1. O prazo de execução dos serviços, objeto do Contrato, será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido no art. 57, II da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS E DA REMUNERAÇÃO:

3.1. Os serviços serão distribuídos igualitariamente entre todas as credenciadas, conforme as programações em áreas previamente definidas ou não ou ainda mediante a realização das fiscalizações (regulares ou não, podendo ser decorrente de denúncias) demandadas e coordenadas pela área técnica da SEMOB (Fiscal dos Serviços).

3.2. O acionamento das credenciadas será realizado mediante a expedição de ordens específicas de execução dos serviços objeto deste Edital, podendo as contratadas solicitar, a qualquer momento, cópia das ordens de serviços emitidas mensalmente para todas as credenciadas, acompanhando a distribuição equânime das demandas.

3.3. O usuário, proprietário ou condutor do veículo removido pagará pelo serviço através de boleto emitido pela SeMOB.

3.4. Para prestação do serviço de exploração de remoção a remuneração se dará no percentual de 15% (quinze por cento) para a SeMOB e 85% (oitenta e cinco por cento) para a CREDENCIADA, e serão creditados na conta corrente da mesma, caso seja autorizada a retirada do veículo do pátio de guarda e depósito.

3.5. Resolução nº 003/2013 – CONDEL/AMUB, Decreto Municipal nº 79.464/2013, Portaria nº 0010/2020-SEMOB, estabelecem os valores que devem ser cobrados por remoção de veículos, no âmbito do Município de Belém, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
VEÍCULO DE PASSEIO, MOTOS E KOMBI	R\$ 193,20
VEÍCULO CAMIONETE EM GERAL	R\$ 252,63
VEÍCULO VAN ATÉ 16 LUGARES	R\$ 252,63
MICROÔNIBUS	R\$ 252,63
ÔNIBUS	R\$ 1.411,78
CAMINHÃO SEM CARGA	R\$ 1.411,78
CAMINHÃO CARREGADO	R\$ 1.411,78

3.6. A remuneração pelos serviços de remoção de veículos a título de medida administrativa por ocasião de cometimento de infração de trânsito descritas em regulação específica já indicada no referido termo, se dará da seguinte forma:

a) No 3º dia útil subsequente ao mês do serviço prestado, será emitido relatório de faturamento do sistema informatizado oficial utilizado para controle do fluxo de veículos, por parte da Contratada, e o mesmo será circularizado para a Contratante, sob título de Relatório Mensal de Faturamento.

b) A Contratante validará/revisará o referido relatório, de forma a garantir a adequada remuneração confirme os índices já indicados no Termo de Referência;

c) Caso o Relatório de Faturamento seja aprovado pela contratante, o mesmo será encaminhado à contratada com a autorização para a emissão da Nota Fiscal (Fatura), contra a Contratante, respeitando os percentuais já indicados no referido termo. A Nota Fiscal Fatura percorrerá o processamento normal relativo às fases da despesa pública, até que se conclua com o pagamento.

d) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias subsequentes à realização dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal (Fatura) devidamente atestada e visada pelo setor competente, após conferência das quantidades e da qualidade do mesmo.

3.7. Não haverá imputação de quaisquer ônus para a SeMOB, decorrente deste Contrato, seja de natureza patrimonial, financeira ou civil, sob hipótese alguma, responsabilizando-se a CREDENCIADA pelos riscos operacionais decorrentes da atividade exercida, mesmo no caso de rescisão do Contrato, ou de sua extinção.

3.8. A CREDENCIADA concorda, desde já, que a remuneração devida pelos serviços é exclusiva do proprietário do veículo removido, sem solidariedade, subsidiariedade ou direito de regresso a SeMOB no caso de inadimplência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

4.1. A CREDENCIADA deverá executar os serviços, objeto deste Contrato, conforme descrito no Termo de Referência, parte integrante do contrato, obedecendo ao seguinte:

- a) Informar em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite e assumir as atividades;
- b) Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, empregados necessários à execução do serviço, cabendo-lhe todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregador;
- c) Apresentar, a comprovação do recolhimento de FGTS, INSS e CNDT, do pagamento do salário, referente a seus empregados;
- d) Dispor de pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivos de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, greve, demissão e outros análogos obedecendo as disposições da legislação trabalhista vigente;
- e) Selecionar e treinar os empregados que vão prestar os serviços, encaminhando indivíduos portadores de atestado de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- f) Manter os funcionários munidos de todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em quantidade suficiente e em perfeitas condições de uso, bem como, tudo que se fizer necessário ao bom desempenho da função, inclusive EPIs (equipamento de proteção individual), devendo os danificados ou fora de uso ser substituídos espontaneamente pela Credenciada ou mediante a solicitação do Fiscal da SeMOB;
- g) Os equipamentos e EPIs devem ser de categoria profissional;
- h) Manter preposto, aceito pela administração da SeMOB, durante o período de vigência do credenciamento, para representá-la sempre que for necessário;
- i) Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciário, securitários, taxas, impostos e quaisquer outro que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto deste credenciamento;
- j) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano e/ou prejuízos que vier a causar à SeMOB ou a terceiros;
- k) Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências destas espécies, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da SeMOB;
- l) Cumprir as determinações formais ou instruções complementares da SEMOB, quando assim instruída, obedecendo às normas desse termo;
- m) Cumprir todas as orientações da SeMOB, para o fiel desempenho das atividades inerentes ao serviço objeto deste credenciamento;

- n) Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou preposto a SeMOB ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93;
- o) Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílio, objetivando a correta execução dos serviços;
- p) Providenciar sempre que necessário, a manutenção corretiva de equipamentos para a solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade de serviços;
- q) Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da SEMOB;
- r) Manter, durante a prestação dos serviços contratados, objeto do presente Credenciamento, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- s) A credenciada estará obrigada a garantir 90% de disponibilidade da frota responsável pela operação durante a vigência do contrato sob pena de aplicação de multa ou penalidade contratual.
- t) A empresa interessada deverá comprovar possuir escritório, sede ou filial ou representação na Região Metropolitana de Belém, informando o responsável, endereço e telefone fixo ou celular para atender 24 horas a quaisquer necessidades da SEMOB/PMB, inclusive finais de semana e feriados, para casos excepcionais que porventura venham a ocorrer no contrato de prestação de serviços, comprometendo-se em mantê-la durante toda a vigência contratual, a fim de realizar a eficaz supervisão e execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA SeMOB

5.1. São obrigações da SeMOB:

- a) Proporcionar todas as facilidades para que as credenciadas possam cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas;
- b) Rejeitar os serviços cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes do Anexo deste TR;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio da comissão ou gestor, designado para este fim, de acordo com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) Designar comissão ou servidor, para proceder à avaliação do serviço que compõe o objeto deste termo;
- e) Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes do serviço que compõe o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- f) O representante da Contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- g) Estabelecer normas e procedimentos de acesso às suas instalações para ajustes e/ou substituições dos produtos permanentes que compõem o objeto deste termo.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

6.1. É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto, a associação da CREDENCIADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO SUBJETIVA

7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CREDENCIADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DESCRENCIAMENTO ESPONTÂNEO

8.1. A CREDENCIADA poderá solicitar sua exclusão do rol de credenciados através de requerimento protocolado, endereçado ao Diretor-Superintendente da SeMOB/PMB, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do encerramento de suas atividades enquanto credenciada, sob pena de apuração de responsabilidade.

CLÁUSULA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Não há dotação orçamentária, pela inexistência de gasto da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial dos serviços, ou por infração de quaisquer das cláusulas constantes no Contrato, a SeMOB poderá, respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) Rescisão do Contrato de Credenciamento nas hipóteses legais;

10.2. Incorre nas mesmas penas previstas supra a credenciada que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por prática ou emprego de meios dolosos para fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;
- b) Tenha praticado ilicitude visando frustrar ou perturbar objetivos da ou a própria licitação, inclusive a prática de litigância de má-fé;

c) Demonstre ser inidôneo para contratar com a SeMOB em virtude de ilícito praticado.

10.3 Em aplicação de quaisquer penalidades será concedida à Credenciada o contraditório e ampla defesa.

10.4 O Contrato de Credenciamento poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, e nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprir qualquer obrigação avençada no instrumento convocatório;
- b) Paralisar os serviços sem justa causa ou sem motivo de força maior.

10.5 Os casos de rescisão do Contrato de Credenciamento serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

11.1. Todas as comunicações ou notificações relativas a este contrato serão enviadas para os endereços das partes constantes no preâmbulo deste contrato;

11.2. Os prejuízos ao erário, decorrentes do não cumprimento do disposto no edital seus anexos e no contrato, serão de responsabilidade daquele que deixou de cumprir a rotina de trabalho, e na falha da fiscalização, responderá solidariamente aquele que deveria fiscalizar.

11.3. Este contrato será publicado em forma de extrato, no Diário Oficial do Município, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriormente cadastrado no Mural de Licitações do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1- As partes contratantes elegem o Foro da Comarca da Cidade de Belém-PA, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes deste contrato e de sua execução.

12.2- E por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belém/PA, de de 20XX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor-Superintendente da SeMOB

CONTRATADA

Testemunha

Testemunha